

SOMBRA E SILÊNCIO: DINÂMICAS DE PODER E SUBALTERNIZAÇÃO EM *QUE HORAS ELA VOLTA?*, DE ANNA MUylaERT, E *SOLITÁRIA*, DE ELIANA ALVES CRUZ

Willian Cauã Fell¹, Rosiene Almeida Souza Haetinger²

Resumo: Este artigo explora as complexas experiências de mulheres subalternizadas retratadas no filme *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert, e no romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz. A partir das reflexões de Gayatri Spivak sobre a subalternidade, que emergem em diálogo com os debates decoloniais do final do século XX, a pesquisa investiga como essas narrativas revelam as dinâmicas de poder e marginalização enfrentadas por empregadas domésticas e mulheres negras. Com uma abordagem qualitativa e sustentada pela Análise de Conteúdo segundo Bardin (2011), o estudo examina os desafios impostos por racismo, sexismo e exploração trabalhista às protagonistas Val e Eunice. O embasamento teórico inclui uma revisão bibliográfica que situa as questões de subalternidade e a representação feminina no contexto brasileiro. Na conclusão, fica demonstrado como a resistência emerge em gestos de insubordinação e na preservação da memória pessoal, oferecendo novas perspectivas sobre as vozes subalternizadas. Assim, as obras não apenas denunciam opressões, mas também fomentam um diálogo crítico sobre desigualdade e justiça social, reforçando a urgência de transformação nas relações de poder.

Palavras-chave: subalternidade; resistência; mulheres negras; empregadas domésticas; representação.

Abstract: This article explores the complex experiences of subalternized women portrayed in the film *The Second Mother* (2015), by Anna Muylaert, and the novel *Solitária* (2022), by Eliana Alves Cruz. Drawing on Gayatri Spivak's reflections on subalternity, in dialogue with decolonial debates from the late 20th century, the research investigates how these narratives reveal the dynamics of power and marginalization faced by domestic workers and Black women. Using a qualitative approach grounded in theoretical frameworks of literature and discursive analysis, such as Eagleton (2006), Bakhtin (2000), and Vanoye and Goliot-Lété (1994), the study examines the challenges imposed by racism, sexism, and labor exploitation on the protagonists Val and Eunice. The methodology is based on an in-depth bibliographic review and a comparative

1 Univates. willian.fell@universo.univates.br

2 Univates. rosiene@univates.br

analysis of the works, considering historical, cultural, and aesthetic aspects. The conclusion demonstrates how resistance emerges through acts of insubordination and the preservation of personal memory, offering new perspectives on subalternized voices. Thus, the works not only denounce oppression but also foster a critical dialogue on inequality and social justice, emphasizing the urgency of transforming power relations.

Keywords: subalternity; resistance; black women; domestic workers; representation.

INTRODUÇÃO

A produção cinematográfica *Que horas ela volta?* (2015), dirigida por Anna Muylaert, é uma obra aclamada internacionalmente, tendo recebido diversos prêmios, incluindo o Grande Prêmio do Júri e o Prêmio de Melhor Atriz no Festival de Sundance, além de ser premiada no Festival de Berlim e indicada ao Oscar como uma das melhores submissões internacionais do Brasil. O filme narra a história de Val, uma empregada doméstica que trabalha para uma família de classe alta em São Paulo, e a tensão que surge quando sua filha Jéssica vem morar com ela, desafiando as hierarquias sociais e as normas estabelecidas na casa dos patrões. Já a obra literária *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, também recebeu elogios da crítica por sua narrativa sensível e potente, que explora as complexas camadas de opressão vividas por mulheres negras no Brasil, com foco nas trajetórias de Eunice e sua filha Mabel, mulheres negras que vivem o silenciamento de suas vozes e o apagamento de suas histórias. Ambas as obras representam de forma crítica a condição das empregadas domésticas no Brasil e as dinâmicas de poder e subalternidade feminina em contextos distintos, dialogando com a teoria da subalternidade de Gayatri Chakravorty Spivak, que enfatiza a invisibilidade e o silenciamento das vozes subalternas, especialmente das mulheres, na sociedade contemporânea (Muylaert, 2015; Cruz, 2022; Spivak, 2022).

A escolha dessas duas obras justifica-se pela relevância em discutir a subalternidade que é imposta às mulheres, especialmente no que tange ao trabalho doméstico, através de duas formas artísticas e pelo reconhecimento que ambas receberam em suas respectivas esferas. Embora o filme *Que horas ela volta?* já tenha sido amplamente estudado a partir de abordagens que discutem subalternidade e relações de poder³, o livro *Solitária* ainda carece de análises mais aprofundadas sob essa perspectiva. Ao abordar ambos os meios – cinema e literatura –, este estudo busca ampliar o debate sobre a representação de mulheres empregadas domésticas no Brasil, contribuindo para uma análise mais abrangente das experiências dessas trabalhadoras.

3 DELAZARI, Fagner (2019); PEREIRA, Jesana Batista (2018); DOMBKOWITSCH (2016); MOONEY, Angela Rodriguez (2020); GOMES, Doris; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; FINKLER, Mirelle (2020); SILVA, Daniel Bettanin (2019); BRITO, Gabriela (2024).

A análise é fundamentada na abordagem qualitativa, com foco na análise crítica das narrativas, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2011). Essa metodologia permite examinar aspectos históricos, culturais e ideológicos das obras, explorando suas dinâmicas dialógicas e estruturais, bem como os elementos narrativos, técnicos e estéticos presentes nas representações. A pesquisa bibliográfica complementa essa abordagem, envolvendo o levantamento de literatura relevante sobre a teoria da subalternidade e as obras selecionadas. Dessa forma, a metodologia adotada não apenas orienta a análise das obras, mas também facilita a compreensão crítica das estratégias discursivas e narrativas que contribuem para a visibilidade ou silenciamento dessas vozes subalternizadas.

Com isso, o presente estudo visa lançar luz sobre as condições de trabalho e as relações sociais das empregadas domésticas, oferecendo uma contribuição aos estudos pós-coloniais e feministas. A análise comparativa entre as duas obras enriquece o entendimento das estratégias de resistência e empoderamento representadas, proporcionando novas perspectivas sobre as dinâmicas de poder e subalternidade no contexto brasileiro.

Adicionalmente, é importante situar este estudo no âmbito das discussões mais amplas sobre o tratamento da subalternidade na ciência contemporânea. Pesquisas recentes têm enfatizado a relevância de explorar as narrativas que retratam a marginalização de grupos subalternizados, sobretudo as mulheres negras e trabalhadoras domésticas, como revelado nos estudos de Dombkowitsch e Dias (2016) e Barbosa (2024). Esses trabalhos destacam como o cinema e a literatura podem ser instrumentos de resistência e de denúncia das condições de opressão e silenciamento, abrindo espaço para novas representações das vozes marginalizadas. Nesse sentido, a análise proposta aqui se insere em um diálogo com essas pesquisas, ampliando o debate sobre as representações culturais de mulheres subalternizadas e a importância de desconstruir narrativas hegemônicas que perpetuam sua invisibilidade.

ENTRE CENAS E PALAVRAS: A SUBALTERNIDADE DE SPIVAK

É importante não apenas compreender os conceitos centrais da subalternidade, mas também explorar a trajetória intelectual de Gayatri Spivak e suas posições sobre marginalização e exclusão. Sua teoria, uma referência nos estudos pós-coloniais e feministas, ouvir as vozes das pessoas marginalizadas e criticar as estruturas de poder que os oprimem. Spivak defende uma ética de responsabilidade intelectual e política, oferecendo uma perspectiva essencial para entender e superar o silenciamento dos subalternizados.

A contribuição de Spivak é essencial aos estudos pós-coloniais e feministas, oferecendo uma análise crítica das relações de poder e da marginalização de grupos subalternizados. Segundo Figueiredo (2017, p. 175),

[...] “subalterno”, do latim *subalternus*, significa “aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra”. Neste estudo, toma-se “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica; daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico.

Spivak destaca a dificuldade que esses grupos, especialmente as mulheres, enfrentam para serem ouvidos dentro das estruturas dominantes. Conforme ela mesma diz, as narrativas hegemônicas silenciam e distorcem as vozes dos marginalizados, perpetuando sua exclusão e opressão (Spivak, 2010). A subalternidade, para Spivak, não se limita a uma condição econômica ou política, mas inclui também uma forma de silenciamento cultural e intelectual, especialmente para as mulheres de países na periferia do capitalismo, que sofrem marginalização tanto por classe quanto por gênero (Spivak, 2010).

Spivak, influenciada pelas ideias de Gramsci (1999), discute como a hegemonia cultural e o Estado ampliado servem para manter as classes subalternizadas em uma posição de marginalização, dificultando que essas pessoas se representem ou tenham suas vozes ouvidas. Como apontado por Goés (2016), a hegemonia cultural das classes dominantes limita as possibilidades de autoexpressão dos subalternos, silenciando suas narrativas e experiências, pois, como afirmado por Marx, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (Marx; Engels, 2007, p. 72). Esse conceito é exemplificado na obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, quando a protagonista reflete sobre sua própria condição e as barreiras impostas pela sociedade ao afirmar: “Não há paz enquanto se habita o tumultuado quarto de despejo – seja ele real, seja metafórico” (Cruz, 2022, p. 95).

Aqui, o “quarto de despejo” funciona como uma metáfora tanto para o espaço físico quanto para a exclusão social e simbólica que a protagonista enfrenta, sendo um reflexo das limitações estruturais impostas às mulheres negras - além, é claro, de ser uma referência à obra homônima de Carolina Maria de Jesus. A resistência interna da protagonista, dialoga com o que Spivak (2010) sugere ao discutir a necessidade da construção de uma nova identidade subalterna que emergiria a partir da luta contra essas limitações, destacando a importância de articular as próprias experiências como uma forma de contestar a hegemonia e reivindicar o direito à voz e à representatividade. Assim, o romance de Cruz não apenas revela a condição subalternizada da protagonista, mas também sua resistência em construir uma nova narrativa a partir de suas memórias e vivências, subvertendo o silêncio que lhe é imposto.

Além disso, Spivak sublinha a responsabilidade ética dos intelectuais que trabalham com comunidades subalternizadas. Para amplificar verdadeiramente as vozes marginalizadas e promover justiça social, é crucial desafiar as narrativas dominantes e colaborar de forma respeitosa e consciente

com esses grupos (Spivak, 2010; Costa, 2006). A teoria de Spivak oferece, assim, uma estrutura importante para reconfigurar as relações de poder existentes e promover maior inclusão e equidade (Spivak, 2010).

A complexidade dessa dinâmica pode ser vista no filme *Que horas ela volta?*, de Anna Muylaert. A protagonista Val, uma empregada doméstica, é essencial para o funcionamento da casa, mas permanece invisível. Um momento que simboliza sua subalternidade ocorre quando Val, questionada por Fabinho, o filho de sua empregadora, sobre com quem estava ao telefone, responde: “Minha filha, Fabinho”, e, quando perguntada onde ela está, responde de forma melancólica: “Tá longe” (Muylaert, 2015). Esse diálogo revela a distância física e emocional entre Val e sua própria filha, ilustrando as regras sociais que silenciavam sua voz e sua história pessoal e familiar, como observa Spivak em seus estudos sobre a subalternidade.



(Muylaert, 2015)

Spivak também destaca que qualquer tentativa de ouvir a voz às mulheres subalternizadas deve considerar a intersecção de opressões e resistir à simplificação de suas experiências. Em *Que horas ela volta?*, essa intersecção é visível na relação entre Val e seus patrões. Mulher nordestina e de origem humilde, Val é constantemente lembrada de seu “lugar” por meio de humilhações cotidianas. Jéssica, sua filha, ao desafiar essas normas, expressa sua indignação com a submissão da mãe: “Eu não tenho estômago pra isso!” (Muylaert, 2015). Este confronto entre mãe e filha expõe a resistência silenciosa e a tensão entre a nova e a velha geração de subalternizados.

Spivak argumenta que os silêncios podem ser formas de resistência. Em *Que horas ela volta?*, Val permanece em silêncio grande parte do filme, usando-o como uma forma de sobrevivência dentro de um sistema que desvaloriza sua voz. Quando Val finalmente rompe o silêncio, ao se demitir, dizendo “Me demiti!” (Muylaert, 2015), esse gesto se torna um ato de resistência, uma reafirmação de sua dignidade.

De forma semelhante, em *Solitária*, a protagonista lida com provocações racistas e sexistas utilizando o silêncio e reflexões internas como uma forma de resistir. Ela não se submete às tentativas de deslegitimação, mas encontra poder na sua introspecção, demonstrando que a resistência nem sempre se manifesta de maneira visível. Essa perspectiva complexa sobre a resistência e o silêncio é central para a compreensão da subalternidade, como propõe Spivak.

A teoria da subalternidade tem impacto na ciência contemporânea, especialmente no estudo de relações de trabalho e representações culturais. Estudos como os de Dombkowitz e Dias (2016) abordam a perpetuação da marginalização de mulheres, especialmente negras, no emprego doméstico no Brasil, onde a precariedade das condições de trabalho se torna evidente. Val, em *Que horas ela volta?*, exemplifica essa marginalização ao destacar que mesmo as pequenas concessões feitas pelos patrões não são acessíveis a ela: “Eles oferecem por educação, mas na verdade, têm certeza que você vai dizer que não” (Muylaert, 2015). Esse comentário sintetiza como a subalternidade é internalizada, com direitos básicos se tornando inatingíveis.

Obras literárias também atuam como poderosas ferramentas de resistência, como aponta Barbosa (2024) ao discutir *Solitária*, de Eliana Alves Cruz. A protagonista da obra reflete sobre a certeza que seus opressores têm de que as mulheres negras “nasceram para servi-las” (Cruz, 2022, p. 36). Essa resistência, por meio da memória e da escrita, subverte as narrativas hegemônicas, que, conforme Spivak (2010, p. 70) argumenta,

[...] muitas vezes resultam em apropriação e distorção de suas vivências. A voz do subalterno, em vez de ser ouvida diretamente, é frequentemente filtrada e reinterpretada pelas lentes dos discursos hegemônicos, o que perpetua a sua marginalização e silenciamento.

Portanto, obras como *Que horas ela volta?* e *Solitária* demonstram que a subalternidade é um conceito multifacetado, englobando diversas formas de marginalização. Essas narrativas desafiam as normas hegemônicas, criando espaço para representações mais autênticas e diversificadas das vozes marginalizadas. Por exemplo, Jéssica, em *Que horas ela volta?*, recusa-se a aceitar as limitações impostas pela sociedade, afirmando: “Eu não me acho superior, mas também não me acho inferior” (Muylaert, 2015). Essa frase simboliza a luta por autonomia e dignidade, desafiando as normas que perpetuam a opressão.



(Muylaert, 2015)

A valorização das vozes subalternas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ampliando a compreensão das complexas dinâmicas de poder na sociedade contemporânea (Spivak, 2022). Como Leite (2020, p. 161) ressalta ao citar Spivak:

Para Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, conseqüentemente, possa também ser ouvido.

Estudos contemporâneos sobre subalternidade, como os de Dombkowitz e Dias (2016) e Barbosa (2024), destacam a necessidade de continuar explorando essas temáticas para desconstruir narrativas hegemônicas. Ao examinar as representações das empregadas domésticas e das mulheres negras, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de poder e opressão, oferecendo novas perspectivas sobre a subalternidade e sua relevância na luta por justiça social e igualdade.

Representação das empregadas domésticas e a subalternização da mulher

No filme *Que horas ela volta?*, a fala de Val – ‘Sei... Bom. Por mim, não tem problema, claro. Por mim, tá tudo certo’ (Muylaert, 2015) – ocorre em um momento crucial em que ela responde às expectativas de sua filha, Jéssica, que está prestes a se mudar para São Paulo para prestar vestibular. Essa fala reflete a postura submissa e conciliadora que Val adotou ao longo dos anos como empregada doméstica, sempre pronta a acatar decisões e evitar conflitos, mesmo quando suas próprias vontades e necessidades são ignoradas. Aparentemente conformada, Val tenta esconder qualquer insegurança ou desaprovação diante do desejo de Jéssica de seguir um caminho diferente, mostrando, ainda que de forma sutil, o conflito interno que sente entre o desejo de apoiar a filha e o medo de romper com o papel que sempre desempenhou.

Essa declaração reflete a resignação e a aceitação da sua condição como empregada doméstica, evidenciando a pressão que Val sente para manter a paz e a harmonia em sua vida, mesmo que isso signifique sacrificar seus próprios desejos e necessidades. O contexto revela a dinâmica de poder entre Val e seus patrões, bem como a relação complexa com sua filha, que aspira a uma vida diferente. Val vive em um ambiente onde sua identidade e aspirações são frequentemente subordinadas às expectativas dos outros, especialmente de seus empregadores. A tensão entre o desejo de Val de ser uma mãe presente e a realidade de sua vida como empregada doméstica é um tema central do filme, que explora as complexidades das relações de classe e raça no Brasil contemporâneo, destacando como a subalternidade molda as experiências e as interações das mulheres em sua posição.

Essa invisibilidade de Val é amplificada pelos recursos visuais do filme. Em uma cena emblemática, a decisão de manter a câmera na cozinha durante uma cena específica serve para enfatizar a posição de Val dentro da dinâmica familiar e social da casa. Ao fixar a câmera na cozinha, o diretor Anna Muylaert sublinha a exclusão de Val do convívio social da família, que se encontra em um espaço mais “nobre” da casa, como a sala ou o jardim.



(Muylaert, 2015)

Essa escolha visual destaca a rotina de trabalho de Val, que é relegada a um espaço de serviço, simbolizando sua subalternidade e invisibilidade. A cozinha, frequentemente associada ao trabalho doméstico e à servidão, torna-se um espaço onde Val é vista apenas como uma funcionária, e não como uma pessoa com suas próprias aspirações e sentimentos. Essa técnica cinematográfica reforça a crítica social do filme, evidenciando as barreiras de classe e a desumanização que muitas empregadas domésticas enfrentam em suas relações com os patrões. Val permanece invisível e marginalizada.

A chegada de sua filha Jéssica quebra a dinâmica de submissão e invisibilidade que Val, ao longo dos anos, passou a aceitar como parte de sua realidade. Ao contrário da mãe, Jéssica não aceita as regras tácitas que limitam a liberdade e o espaço de Val dentro da casa dos patrões, onde vive em um pequeno quarto de empregada, sem uma casa própria. Em um momento de

confronto, Jéssica pergunta: “Por que você nunca me falou?” (Muylaert, 2015), questionando por que a mãe nunca compartilhou com ela as condições precárias em que vive. A pergunta de Jéssica revela sua indignação ao perceber que Val aceita essa situação como normal, expondo o contraste entre as duas gerações e suas diferentes perspectivas sobre conformidade e autonomia.

Sua atitude de desafio expõe as injustiças do sistema que marginaliza Val e revela que a subalternidade não é uma condição natural, mas uma construção social passível de contestação. A relação entre Val e Jéssica, marcada por tensões, destaca a diferença geracional na forma de lidar com as opressões. Em uma cena carregada de emoção, Jéssica expressa sua indignação ao dizer: “Eu não quero ficar na casa dos seus patrões” (Muylaert, 2015). Essa fala representa uma ruptura com a aceitação passiva da mãe, Val, que há anos ocupa um papel de subserviência na casa dos patrões. Ao recusar esse espaço, Jéssica não só questiona a posição social da mãe, mas também denuncia as desigualdades que atravessam suas vidas e relações: de um lado, o peso das normas de classe que restringem Val a essa condição; de outro, as pressões de gênero que moldam o papel da empregada doméstica no imaginário social brasileiro. Como aponta Lino (2015), a enunciação do sujeito subalternizado desafia o emudecimento que historicamente o cerca, e Jéssica, ao reivindicar o direito de se recusar a ocupar o espaço da servidão, evidencia as complexas intersecções entre raça, classe e gênero que determinam as experiências de mulheres como Val.

No livro *Solitária*, Eliana Alves Cruz explora a condição subalternizada das mulheres negras em uma sociedade marcada pelo racismo e patriarcado. A protagonista, cujas vivências são moldadas pela discriminação e exclusão, utiliza suas memórias como ferramentas de resistência. Em um trecho marcante, ela reflete: “Minha mãe deixou. Comecei a rir alto com o desenho que continuava passando na TV. Ela arregalou os olhos e virou a cabeça para os lados, apressada, como se estivéssemos sendo vigiadas ou nos escondendo da polícia. Pôs o dedo indicador na boca e fez um ruidoso ‘ssssshhhhhh’. Eu não podia dar sinais de que respirava, sentia fome, sede, vontade de fazer xixi, ria ou existia... no quatinho?” (Cruz, 2022, p. 11).

Essa fala revela a profundidade da opressão sofrida pela protagonista, que desde cedo aprende a negar a própria existência como uma forma de sobrevivência. O “quatinho” torna-se um símbolo da invisibilidade e da repressão vivida por muitas mulheres negras, confinadas tanto física quanto simbolicamente em espaços de silêncio e submissão – por isso a ambiguidade do título da obra: “solitária” remete à solidão, mas também à cela de uma prisão onde os presos devem ficar incomunicáveis. A repressão da risada e até mesmo dos impulsos básicos de existência reflete uma tentativa de controle total sobre seus corpos e suas expressões, perpetuando a marginalização.

No entanto, ao rememorar essa experiência, a protagonista transforma essa memória em um ato de resistência. A preservação e a narração de sua história servem como uma forma de romper com o silêncio imposto,

ecoando as vozes subalternizadas que, como Gayatri Spivak argumenta, são frequentemente silenciadas ou ignoradas. Para Fernandes e Schneider (2016), a resistência dos sujeitos subalternizados se manifesta pela capacidade de lembrar, contar e valorizar suas vivências, resgatando a dignidade e a agência que lhes foram negadas. Assim, a memória, que poderia ser um lugar de trauma, torna-se uma ferramenta poderosa de afirmação e resistência.

Um trecho marcante de *Solitária* destaca a conexão entre opressão e resiliência: “Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, ‘grandinha’” (Cruz, 2022, p. 29). Nesse momento, a protagonista revela como a subalternidade foi incorporada ao longo de sua vida, mas ao mesmo tempo sinaliza uma consciência emergente sobre sua própria situação. A resiliência manifesta-se não apenas na percepção dessa opressão, mas também na preservação de sua memória e identidade, com uma clara recusa a permitir que sua história seja apagada ou controlada por outrem. Um exemplo disso aparece no trecho: “Eu, de certa forma, fui criada-muda. Não seria mais” (Cruz, 2022, p. 72), em que a personagem rompe com o silêncio que lhe foi imposto, reafirmando sua autonomia.

A análise dessas duas obras evidencia distintas formas de resistência feminina. Enquanto Val, ao final do filme, encontra um caminho para questionar sua posição ao decidir deixar a casa dos patrões, a protagonista de *Solitária* resiste por meio da preservação de suas raízes e memórias. Ambas as narrativas revelam como as mulheres subalternizadas, apesar de enfrentarem opressões, encontram maneiras de desafiar as normas sociais que as invisibilizam e marginalizam. Essa resistência, seja por pequenos atos de insubordinação ou pela valorização de sua história pessoal, destaca a força e a resiliência das mulheres em contextos adversos.

DINÂMICAS DA SUBALTERNIDADE RACIAL E SUAS RESISTÊNCIAS NO COTIDIANO DOMÉSTICO

A interseccionalidade⁴ revela a complexidade das lutas enfrentadas pelas personagens de *Solitária* e *Que horas ela volta?* que tentam reivindicar um espaço de voz e dignidade em um mundo que frequentemente as silencia, sobretudo por meio das dinâmicas raciais. Esse contexto ressoa com as reflexões de Spivak (2010), que questiona a capacidade das vozes subalternizadas de se manifestarem em um cenário que constantemente as marginaliza. O racismo estrutural, como elemento central da subalternização das mulheres nas obras, não apenas marginaliza as personagens, mas as mantém em posições

4 A interseccionalidade, conforme definida por Crenshaw (1989), destaca como sistemas de opressão – incluindo racismo, sexismo e desigualdades de classe – se entrelaçam, moldando experiências de exclusão. Spivak (2010), reforça esse cenário ao problematizar a possibilidade de as vozes subalternizadas romperem com a marginalização histórica e articularem suas demandas dentro de sistemas que as relegam a posições subordinadas.

subordinadas, em um sistema que, historicamente, silencia suas lutas e vozes. A obra de Cruz, portanto, ilumina as experiências de mulheres marginalizadas pelo racismo, ao mesmo tempo que provoca uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam essa opressão. A resistência, nesse caso, se dá na reapropriação de suas narrativas e na busca por um reconhecimento genuíno de suas identidades e direitos, essencialmente uma luta contra o racismo que as invisibiliza, abordagem que ecoa as discussões de Ribeiro (2018) sobre a urgência de desvelar as opressões interseccionais para construir uma sociedade mais equitativa.

A relação entre Eunice e sua mãe em *Solitária* reflete as camadas de opressão que atravessam as mulheres negras, especialmente no contexto do racismo estrutural. As vivências de sua mãe, marcadas por relações de dívida e subserviência, revelam como o legado do racismo atravessa gerações, perpetuando ciclos de opressão e invisibilidade. Nesse cenário, a luta de Eunice por libertar sua mãe transcende o individual, assumindo uma dimensão intergeracional, na qual a emancipação de uma mulher está intrinsecamente ligada ao empoderamento da outra. Essa narrativa expõe o desejo de romper com as estruturas que aprisionam as mulheres negras em papéis subalternizados ao longo do tempo.

Ribeiro (2018) enfatiza que a categoria universal de “mulheres” foi historicamente construída a partir da perspectiva da mulher branca de classe média, desconsiderando as especificidades das vivências de mulheres negras. Além disso, a autora argumenta que somente a interseccionalidade possibilita uma prática feminista que contemple a complexidade das opressões enfrentadas por essas mulheres. Nesse sentido, a luta de Eunice não se limita a sua própria emancipação; ela também busca dar visibilidade às experiências de sua mãe e de outras mulheres negras marginalizadas, evidenciando que a verdadeira libertação exige o reconhecimento das múltiplas camadas de opressão que permeiam suas vidas.

Esse conceito de emancipação está diretamente ligado à crítica de Fernandes (2016) sobre a capacidade limitada das mulheres subalternizadas particularmente das mulheres negras, de se libertarem do controle discursivo das forças dominantes que as reduzem a um papel de servidão e invisibilidade, fruto da marginalização racial. Ribeiro (2018) complementa essa discussão ao afirmar que “a invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que ela não tenha seus problemas nem ao menos nomeados” (Ribeiro, 2018, p. 81). Essa citação ressalta a importância de reconhecer e nomear as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres negras, que muitas vezes são silenciadas ou ignoradas dentro do movimento feminista. Assim, a luta de Eunice não é apenas por sua própria emancipação, mas também por dar voz e visibilidade à sua mãe e a todas as mulheres negras que enfrentam a opressão e a invisibilidade em suas vidas cotidianas.

Enquanto Spivak (2010) argumenta que as vozes subalternizadas são frequentemente silenciadas por narrativas hegemônicas, a luta de Eunice e sua mãe revela um esforço para romper essas amarras e reivindicar a própria dignidade e autonomia, especialmente diante do racismo que marca suas trajetórias. A fala de Eunice ecoa um apelo por uma nova percepção de valor e liberdade, onde o reconhecimento de sua dignidade não depende mais das normas impostas por uma sociedade opressora. Esse cenário dialoga com as reflexões de Ribeiro (2018), que destaca como as mulheres negras enfrentam múltiplas opressões, sendo sua luta por emancipação inseparável da necessidade de desconstruir as hierarquias de raça, classe e gênero. Da mesma forma, as protagonistas de Cruz desafiam as injustiças raciais que enfrentam, revelando a complexidade das identidades subalternizadas e a continuidade da resistência contra o racismo ao longo do tempo.

O simbolismo das cenas que envolvem a piscina em *Que horas ela volta?* funciona como uma metáfora para privilégio e exclusão racial. Quando Jéssica, desafiando as normas sociais, usa a piscina dos patrões, Dona Bárbara reage com histeria: “Obedece à sua mãe!” (Muylaert, 2015). Mais tarde, Fabinho justifica o esvaziamento da piscina sob o pretexto de que “minha mãe disse que viu rato aqui”. Essa fala de Fabinho evidencia o discurso de Dona Bárbara, expondo o medo da contaminação social e a exclusão racial enfrentada por Val e Jéssica. A simbologia da piscina evidencia não só a exclusão das mulheres negras no espaço privado dos patrões, mas também a forma como o racismo se manifesta nas relações de classe. Já em *Solitária*, a narrativa em primeira pessoa permite que a protagonista controle como sua história é contada, resistindo à invisibilidade e destacando o valor da memória e das palavras como formas de resistência.



(Muylaert, 2015)

Ribeiro (2018) afirma que “a criminalização determina quais delas vão morrer” (p. 55), o que ressalta a urgência de reconhecer as violências estruturais que afetam as mulheres negras. Essa citação evidencia como a luta de Eunice não é apenas uma busca por autoconhecimento, mas também uma resistência contra um sistema que perpetua a marginalização e a desumanização. A frase destaca a interseccionalidade das opressões, mostrando que a emancipação das

mulheres negras está intrinsecamente ligada à luta contra a criminalização e a violência que elas enfrentam em suas vidas cotidianas.

Em *Solitária*, Cruz revela as barreiras internas e externas enfrentadas por Eunice, expostas em um momento reflexivo: “Engoli em seco. Entendi o que ela queria dizer, mas... o que eu faria? Não estudei, achava que não era capaz de nada e não tinha a boa aparência que as empresas pediam” (Cruz, 2022, p. 64). Essa fala evidencia a interiorização dos preconceitos raciais e sociais que subjugam mulheres como Eunice, demonstrando como a falta de acesso à educação e o valor exagerado atribuído à aparência – frequentemente associada a estereótipos raciais – servem como ferramentas de exclusão. A frase vai além de uma crítica ao mercado de trabalho, desvelando as dinâmicas culturais que levam à autoanulação dessas mulheres, muitas vezes convencidas de sua própria inadequação por causa do racismo internalizado.

Nesse contexto, Ribeiro (2018) complementa essa reflexão ao afirmar que “a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática” (Ribeiro, 2018, p. 81). Essa citação ressalta que a experiência de Eunice não pode ser compreendida apenas através da lente de uma única opressão, como a de classe ou o gênero, mas deve considerar a interseção dessas opressões com o racismo. A interseccionalidade, portanto, é crucial para entender como Eunice é afetada por múltiplas camadas de discriminação, o que a impede de se ver como capaz e digna de oportunidades. Assim, a análise de Cruz e a perspectiva de Ribeiro se entrelaçam, evidenciando a complexidade das lutas enfrentadas por mulheres negras em um sistema que perpetua a desigualdade.

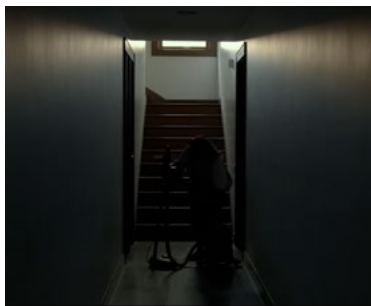
A crítica de Spivak (2010) se torna crucial, pois Eunice é um exemplo claro de como as mulheres subalternizadas, especialmente as mulheres negras, são condicionadas a internalizar narrativas racistas impostas pela sociedade dominante, o que as impede de reivindicar plenamente sua voz e agência.

Para Spivak (2010), a emancipação exige a reapropriação de suas próprias histórias, algo que Eunice ainda luta para alcançar diante das pressões sociais que a silenciavam. Em *Solitária*, a frase dita por Mabel, “Aqueles pessoas têm certeza de que nascemos para servi-las e de que o nosso caminho é apenas um” (Cruz, 2022, p. 35), reforça a ideia de que a sociedade vê as empregadas domésticas, especialmente as mulheres negras, como destinadas exclusivamente ao serviço subordinado, sustentando o racismo estrutural. Essa visão remonta à lógica exploratória da Casa Grande e Senzala, na qual a opressão das mulheres negras como trabalhadoras domésticas perpetua a divisão de classes e a exploração do trabalho, fundamentos essenciais ao sistema capitalista. Essa dinâmica não apenas mantém os privilégios da classe dominante, mas também evidencia como o racismo e o sexismo são estruturais para a reprodução do capital.

Essa noção também dialoga com a análise de Ribeiro (2018), que evidencia como a interseção entre raça e classe reforça posições subalternizadas

para as mulheres negras, cuja luta por reconhecimento vai além das questões de classe, abrangendo também a desconstrução de estruturas racistas. Esse ponto é exemplificado em *Que horas ela volta?* na figura de Val, cuja posição social é marcada tanto por sua raça quanto por sua classe, evidenciando a violência simbólica do racismo nas relações de poder.

A invisibilidade de Val em *Que horas ela volta?* é intensificada por recursos cinematográficos, como os ângulos de câmera que a mantém em segundo plano, evidenciando a desumanização que muitas mulheres negras enfrentam no trabalho doméstico.



(Muyllaert, 2015)

Essa desumanização, como aponta Barbosa (2024), é uma construção social que perpetua a desigualdade racial e de classe, relegando as mulheres negras a um espaço de menor dignidade e reconhecimento. Essa dinâmica reflete a análise de Ribeiro (2018), que destaca como o racismo estrutural reforça a marginalização das mulheres negras em espaços de subserviência. Além disso, a frase “Ela estava muito contrariada e dizia que preferia mil vezes capinar, plantar, fazer o duro trabalho da terra, a ir para dentro da casa de rico” (Cruz, 2022, p. 50) revela uma crítica às opções limitadas de trabalho para essas mulheres, sublinhando o papel do racismo ao criar uma sociedade em que as mulheres negras têm poucas escolhas, todas elas subordinadas e desvalorizadas.

Essa comparação entre o trabalho no campo e o trabalho doméstico revela as contradições inerentes ao sistema capitalista, que não apenas naturaliza, mas também romantiza a exploração do trabalho. O serviço na “casa dos ricos” é frequentemente associado à submissão e à perda de dignidade porque reforça uma relação de dependência e controle direto, onde o trabalhador é constantemente vigiado e infantilizado pelo patrão. Por outro lado, o trabalho braçal, embora igualmente exploratório, pode ser idealizado como mais autêntico e libertador por sua relativa autonomia em relação ao poder direto da classe dominante. Essa distinção é uma construção histórica que sustenta a reprodução simbólica e material das hierarquias de raça e classe.

As obras aprofundam essa crítica, mostrando como o espaço doméstico é um microcosmo das relações de poder capitalistas, onde a casa se torna uma extensão do capital, e o corpo das trabalhadoras, um objeto de exploração contínua. As intersecções de raça e classe são centrais nessa dinâmica: as mulheres negras são historicamente relegadas a esses espaços como herança de uma estrutura colonial que as posiciona como “naturalmente” subordinadas. As narrativas, portanto, não apenas denunciam as condições materiais de exploração, mas também revelam como a subjetividade das trabalhadoras é moldada por um sistema que desumaniza, ao mesmo tempo que depende de seu trabalho para sustentar os privilégios da elite.

Dialogando com Ribeiro (2018), a obra também reforça a importância de uma prática interseccional para compreender a complexidade das opressões enfrentadas por essas mulheres. Tanto *Que horas ela volta?* quanto *Solitária* oferecem críticas contundentes às estruturas sociais que perpetuam a opressão racial e de classe, sublinhando a necessidade urgente de reconhecimento e dignidade para todas, independentemente de sua origem ou posição social (Barbosa, 2024).

Em *Solitária*, a vida de uma mulher negra é narrada a partir de uma perspectiva que explora sua subalternidade racial, moldada tanto pelo racismo quanto pelo patriarcado. A narrativa em primeira pessoa permite que a protagonista faça reflexões profundas sobre as múltiplas opressões que enfrenta diariamente, sendo o racismo uma das forças dominantes. Cruz (2022) aborda as interseções entre raça, gênero e classe, revelando como essas dinâmicas estruturais marginalizam a personagem e limitam suas opções. Dialogando com Ribeiro (2018), a obra reforça a importância de compreender como o racismo estrutural, aliado às desigualdades de gênero e classe, condiciona as trajetórias das mulheres negras. Por meio de narrações de fatos passados e introspecções, a autora conecta o presente da protagonista às memórias ancestrais de outras mulheres negras, sublinhando a relevância dessa herança cultural na resistência ao racismo e à opressão.

Um exemplo significativo dessa herança está na fala de D. Codinha: “Ela disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes” (Cruz, 2022, p. 51). Essa passagem evidencia como as gerações anteriores de mulheres negras carregam o legado de servidão e subalternidade racial, o que influencia profundamente a forma como percebem o trabalho doméstico. A memória coletiva descrita por Cruz (2022) ressalta a continuidade da opressão racial, que Ribeiro (2018) aponta como um elemento estrutural que atravessa séculos de desigualdade e exploração, perpetuando-se nas vidas das mulheres negras contemporâneas.

Essas dinâmicas de subalternidade racial, conforme discutido por Oliveira e Ferreira (2021), evidenciam que a opressão racial silencia as vozes negras, relegando-as a uma posição de invisibilidade e submissão. No entanto,

os autores ressaltam que, apesar do silêncio imposto, esse mesmo espaço de opressão pode se transformar em um espaço de resistência. Ao romperem com o silêncio e as estruturas que mantêm sua subalternidade, as mulheres negras desafiam as hierarquias raciais e reivindicam sua autonomia e humanidade. Esse entendimento é essencial para compreender a resistência da protagonista em *Solitária*, que busca transformar sua condição subalternizada ao longo da narrativa, conectando sua luta com as de gerações passadas. A trajetória de Eunice se torna uma metáfora para a resistência ao racismo, onde ela não apenas enfrenta os desafios de sua condição social, mas também fortalece o senso de pertencimento ao reinterpretar e reconstruir sua identidade como sujeito, empoderada pela memória ancestral e pelas experiências vividas.

Dessa forma, *Solitária* oferece uma poderosa reflexão sobre como o passado ecoa nas vidas das mulheres negras atuais, mostrando que a opressão racial não é apenas um reflexo das condições individuais da protagonista, mas parte de um sistema social mais amplo que perpetua desigualdades raciais e de gênero. A memória e as histórias passadas de geração em geração funcionam não apenas como testemunhos de sofrimento, mas também como fontes de força e resistência. As protagonistas dessas narrativas, tanto em *Solitária* quanto em *Que horas ela volta?*, são as continuadoras de uma luta contra o racismo que atravessa gerações, marcando suas trajetórias com um esforço constante para reverter a marginalização racial imposta pela sociedade.

Assim, as duas obras se tornam uma poderosa crítica à construção social do racismo e à forma como ele permeia as relações de classe e gênero no Brasil. Tanto Val quanto Eunice são exemplos contundentes das dinâmicas da subalternidade racial e suas resistências no cotidiano doméstico, demonstrando como o racismo ultrapassa a discriminação individual para se consolidar como uma estrutura sistêmica que molda suas vidas e lutas diárias. Ao contestarem as imposições de classe e raça, as personagens não apenas buscam reconhecimento pessoal, mas também expõem as injustiças estruturais que permeiam a sociedade brasileira. Como destaca Ribeiro (2018), “ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas” (p. 23), enfatizando a necessidade de uma crítica incisiva às dinâmicas de poder que sustentam a opressão racial. Nesse contexto, as histórias de Val e Eunice exigem uma reflexão profunda sobre como o racismo organiza as relações sociais e reforça desigualdades, enquanto suas resistências iluminam caminhos possíveis para a transformação dessas estruturas.

DINÂMICAS DE PODER NO SISTEMA DOMÉSTICO BRASILEIRO

As obras *Que horas ela volta?*, de Anna Muylaert, e *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, exploram as complexas dinâmicas de poder que permeiam o sistema doméstico brasileiro, destacando as intersecções entre classe, gênero e raça. Muylaert utiliza a relação entre Val e sua filha Jéssica para expor desigualdades estruturais e hierarquias que definem o espaço doméstico como

um microcosmo das tensões sociais. Paralelamente, Cruz adota uma narrativa em primeira pessoa e uma linguagem poética para dar voz às experiências de mulheres negras, abordando as marcas do racismo e do sexismo na construção dessas relações. Ambas as obras não apenas denunciam as injustiças sociais, mas também sugerem formas de resistência e emancipação diante de um sistema historicamente opressor.

Uma frase que exemplifica a dinâmica explorada em *Solitária* é: “A mulher para quem minha mãe trabalhara por mais de vinte anos acabava de ser indiciada por um crime terrível” (Cruz, 2022, p. 7). Esse trecho revela a complexidade das relações de poder e dependência que envolvem o trabalho doméstico, especialmente para mulheres negras. Enquanto a patroa – símbolo de segurança financeira e social – é desmascarada como protagonista de um ato criminoso, a mãe da narradora, que dedicou décadas ao serviço desta figura, passa a ser alvo de pressão e exposição pública. A narrativa evidencia não apenas a fragilidade da posição subalternizada frente à elite empregadora, mas também denuncia como essas relações frequentemente perpetuam desigualdades e vulnerabilidades, enquanto mascaram a humanidade e os sacrifícios das trabalhadoras domésticas.

Essa dinâmica de dependência e traição destaca a precariedade das posições ocupadas por mulheres negras, como a mãe da protagonista. Sua dedicação ao longo de décadas não é recompensada com segurança ou reconhecimento, mas sim com um aprofundamento das desigualdades que sustentam sua vulnerabilidade. Cruz (2022) utiliza essa narrativa para transcender a exposição de injustiças, propondo uma reflexão crítica sobre as estruturas que perpetuam essas relações desiguais. A obra enfatiza que a resistência não se limita à denúncia das opressões, mas se estende à construção de uma consciência crítica que permita romper com a lógica de exploração e marginalização. Nesse sentido, *Solitária* aponta para a necessidade de autonomia e protagonismo como caminhos de transformação diante de um sistema que insiste em silenciar e invisibilizar essas mulheres.

Já o confronto geracional entre Val e Jéssica reflete, em um nível mais amplo, a ruptura necessária para questionar as bases das relações de poder que estruturam o espaço doméstico. A postura inconformista de Jéssica desafia não apenas as dinâmicas de subordinação entre empregadores e empregados, mas também as normas internalizadas por sua mãe, que simbolizam décadas de aceitação e adaptação a uma estrutura desigual. A frase “Não sei como você aguenta, eu não tenho estômago pra isso!” (Muylaert, 2015) encapsula esse embate, ao mesmo tempo que evidencia o conflito entre a aceitação resignada de Val e a rejeição ativa de Jéssica às desigualdades que permeiam suas vidas. Muylaert utiliza essa tensão para revelar como a resistência pode surgir da colisão entre o passado e o presente, destacando a importância do rompimento com padrões enraizados. Ao unir os olhares de duas gerações, a narrativa sugere que a transformação não se dá apenas por meio do enfrentamento direto

às opressões, mas também pela construção de novos modelos de convivência e solidariedade que rompem com as hierarquias impostas.

Outra passagem significativa é: “Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser” (Cruz, 2022, p. 61). Essa afirmação ilustra a imposição de um silêncio opressivo, historicamente cultivado pelos desejos de perpetuação da classe alta, que se estende não apenas às empregadas, mas também às suas filhas, perpetuando um ciclo de invisibilidade e subserviência. Esse silêncio, que funciona como uma ferramenta de controle, não é apenas uma expectativa individual, mas um reflexo das hierarquias sociais que marginalizam mulheres negras e suas famílias. Cruz (2022) evidencia como essa lógica repressiva afeta não apenas a geração das mães, mas também molda a infância e os horizontes das filhas, reforçando os limites impostos por um sistema que condiciona a obediência como única forma de sobrevivência. Ao expor esse ciclo, a obra sugere que romper com esse silêncio é um ato de resistência, essencial para a construção de identidades que desafiem as normas de subordinação.

Ambas as obras utilizam suas protagonistas como ferramentas para desafiar narrativas hegemônicas e apresentar visões alternativas de resistência. Em *Que horas ela volta?*, a experiência subalternizada de Val é transmitida tanto pela narrativa quanto pela linguagem visual do filme, colocando o espectador em contato direto com a exclusão que ela vive. Essa exclusão é evidenciada em cenas como a do jantar, quando Val serve os patrões na sala e, em seguida, se retira para a cozinha. A porta que separa esses espaços funciona como uma metáfora poderosa, simbolizando a barreira social que a mantém à margem das interações centrais da casa. Essa separação física e simbólica não apenas reforça a dinâmica de poder que define sua posição, mas também expõe os alicerces patriarcais e classistas que sustentam essa exclusão (Muylaert, 2015).

Outro momento que reforça essa discussão ocorre quando Val, atendendo às ordens de Dona Bárbara, instrui Jéssica a “ficar da porta da cozinha para lá”. Essa fala simboliza a segregação espacial entre patrões e empregados, evidenciando as barreiras sociais que estruturam as relações de poder dentro do ambiente doméstico. Esse gesto não apenas demarca fisicamente o lugar de Val e Jéssica na casa, mas também reafirma sua posição subalternizada na hierarquia social. De forma complementar, uma cena emblemática mostra Val ao telefone, enquadrada pela grade da janela de seu pequeno quarto. Esse recurso visual funciona como uma metáfora da prisão social e emocional que a personagem enfrenta. O quatinho da empregada, frequentemente localizado em áreas isoladas das casas, reflete uma “arquitetura hostil” dentro do espaço doméstico, projetada para invisibilizar e restringir o acesso dos trabalhadores às áreas comuns, consolidando as desigualdades que permeiam as relações de classe.



(Muylaert, 2015)

Essa imagem visualiza a opressão que Val enfrenta, mas também dialoga com a crítica de sua filha Jéssica, que sonha em ser arquiteta e vê nessa profissão um meio de transformação social. O quartinho da empregada, onde Val é confinada, pode ser discutido enquanto uma “arquitetura hostil”⁵ inserida no espaço doméstico. Ele é projetado como uma extensão das hierarquias sociais, reforçando o lugar subalternizado da empregada dentro da casa. Esses espaços pequenos, isolados e sem integração com as áreas comuns, exemplificam uma arquitetura que opera para segregar e hierarquizar, que segundo Sena (2022), frequentemente se manifesta para reforçar divisões sociais, mesmo em ambientes privados, e se articula com práticas que perpetuam a exclusão simbólica e física. O contraste entre a arquitetura opressiva e as aspirações transformadoras de Jéssica reforça a metáfora do espaço construído como reflexo de estruturas de poder. Jessica, que aspira romper com as barreiras estruturais, reflete uma crítica às desigualdades sistêmicas na sociedade brasileira, onde a arquitetura – como metáfora e prática – pode tanto perpetuar a segregação quanto servir como instrumento de mudança social.

5 A “arquitetura hostil” é um conceito que designa práticas arquitetônicas e espaciais destinadas a controlar ou excluir populações marginalizadas do espaço público, como explorado por Sena (2022). Exemplos dessas práticas incluem bancos com divisórias para evitar que pessoas sem-teto se deitem, superfícies ásperas em áreas públicas, e barreiras físicas que dificultam a circulação em determinados locais. Essa abordagem não apenas limita o uso democrático do espaço urbano, mas também perpetua a segregação social, um problema analisado também por Caldeira (1997) em seu estudo sobre os “enclaves fortificados”. Segundo a autora, esses espaços privatizados, como condomínios fechados, configuram um novo padrão de segregação, exacerbando a exclusão socioespacial.



(Muylaert, 2015)

Em *Solitária*, Cruz demonstra também a precariedade e a desumanização enfrentada por mulheres marginalizadas no mercado de trabalho: “A vida não é fácil para uma mulher como Eunice, sem qualificação e desempregada. O que faria? Poderia catar papéis, talvez” Cruz (2022 p. 84). Esse trecho ilustra que, sem acesso a oportunidades ou suporte adequado, essas mulheres são forçadas a se contentar com atividades que não oferecem nem segurança nem dignidade. A imagem de “catar papéis” não é apenas uma metáfora para o trabalho informal, mas também um símbolo da invisibilidade a que essas mulheres estão relegadas. Esta invisibilidade dialoga com a crítica de Spivak (2010) sobre a incapacidade das vozes subalternizadas de serem ouvidas no discurso dominante. Assim como Spivak expõe a marginalização de experiências de mulheres coloniais, o texto nos lembra de que a exclusão dessas mulheres do trabalho formal é também uma exclusão de sua subjetividade, perpetuando um ciclo de opressão socioeconômica e cultural.

Outra frase significativa é: “Impressionante como as leis tinham mudado. Quando saí da casa de d. Lúcia, foi uma luta conseguir o pagamento justo” Cruz (2022 p. 76). Esse trecho ressalta a complexa relação entre mudanças legais⁶ e a realidade vivida pelas mulheres marginalizadas (Dombkowitsch, 2016). Embora as leis possam avançar, como evidencia o texto, essas transformações nem sempre garantem justiça de forma imediata ou plena. Eunice, mesmo em um contexto de progresso legislativo, ainda enfrenta obstáculos para obter direitos básicos, como um pagamento justo. A sua luta por reconhecimento e dignidade ecoa a análise de Fernandes (2016), que aponta para a necessidade de as mulheres se reapropriarem de suas narrativas.

A mudança nas leis, por si só, não basta para corrigir as assimetrias históricas de poder e opressão. Embora a PEC das Domésticas tenha buscado

6 A citação faz referência à PEC das Domésticas (Emenda Constitucional nº 72/2013), que ampliou os direitos trabalhistas para trabalhadores domésticos no Brasil. A legislação garantiu benefícios como pagamento de horas extras, FGTS obrigatório e jornada de trabalho de 44 horas semanais, promovendo maior equidade nas relações de trabalho doméstico (Brasil, 2013).

garantir direitos trabalhistas às empregadas, sua implementação revelou consequências negativas, como o aumento da informalidade, a redução de oportunidades de emprego formal no setor e a perpetuação de desigualdades socioeconômicas, evidenciando que mudanças legislativas precisam ser acompanhadas de transformações estruturais profundas na sociedade. Para mulheres como Eunice, a batalha por justiça vai além da legalidade; é uma questão de efetiva inclusão social, onde o discurso das leis precisa ser traduzido em práticas que assegurem seus direitos, trazendo à tona a complexidade das experiências femininas.

Em uma perspectiva semelhante, no contexto de resistência às estruturas opressivas, Mabel expressa sua posição ao dizer: “Sou eu, a Mabel, sua filha. Não tenha medo de encarar esse povo que nunca limpou a própria privada!”. A fala de Mabel, assim como a de Jéssica em *Que horas ela volta?*, reflete o desafio em que as novas gerações se recusam a aceitar passivamente a subalternidade imposta pela sociedade e chamam a coragem para enfrentar as elites que mantêm o *status quo*. Essa atitude reflete um movimento de resistência contra as barreiras estruturais que limitam as oportunidades e o reconhecimento das mulheres marginalizadas. Como Jéssica, Mabel rejeita a invisibilidade e reivindica sua voz e seu espaço, o que representa uma tentativa de romper com os ciclos de opressão em que estão inseridas.

Por sua vez, no filme *Que horas ela volta?*, Val, ao final, realiza um ato simbólico ao entrar na piscina dos patrões. Essa transgressão não é apenas um gesto de rebeldia, mas uma busca por dignidade em um espaço que historicamente lhe foi negado. A piscina, um símbolo de privilégio e exclusão, torna-se o cenário de uma reivindicação de pertencimento e reconhecimento. O ato de Val reflete a luta por dignidade que permeia tanto sua história quanto a de Eunice, mostrando que a resistência se manifesta de diferentes formas, mas com um objetivo comum: a busca por um lugar no mundo que reconheça e valorize suas existências. Assim, ambas as obras não apenas retratam a resistência das personagens, mas também questionam as estruturas de poder que perpetuam a opressão. A reapropriação das narrativas em *Solitária* e a transgressão de Val na piscina se tornam formas de resistência que ecoam a crítica de Spivak sobre a necessidade de amplificar as vozes subalternizadas. Essas narrativas se tornam, portanto, um espaço de luta e reivindicação, onde a memória e a dignidade se entrelaçam.



(Muylaert, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras *Que horas ela volta?* e *Solitária* não apenas revelam as opressões enfrentadas pelas protagonistas, mas também sublinham a importância da resistência e da transformação social. Ambas destacam as interseções entre classe, raça e gênero na compreensão da subalternidade feminina, questionando as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e convidando o público a uma reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais no Brasil (Oliveira, 2013).

No filme, Val ocupa uma posição paradoxal: seu trabalho é indispensável para o funcionamento da casa, mas ela permanece socialmente invisível. Os recursos cinematográficos, como os ângulos de câmera e os enquadramentos que a isolam, reforçam essa invisibilidade ao mantê-la em segundo plano, enquanto a família interage nos espaços mais privilegiados da casa.

A subalternidade, quando desafiada, expõe as tensões intrínsecas na estrutura hierárquica de poder, como demonstrado por (Muylaert, 2015). No filme, Val representa uma geração conformada às regras estabelecidas, aceitando seu papel de empregada e os limites impostos pelos patrões, enquanto sua filha, Jéssica, desafia essas normas e recusa-se a ocupar a posição subordinada de sua mãe. Esse confronto revela uma nova consciência, que se rebela contra a reprodução das hierarquias e exige uma reconfiguração do papel social das figuras historicamente marginalizadas.

Ao discutir a resistência à subalternidade, é relevante considerar o pensamento pós-colonial, especialmente a contribuição de Gayatri Spivak, que questiona se a subalternizada pode falar e ser ouvida no cenário do discurso dominante. Segundo Maciel (2021), Spivak examina como o colonialismo impregnou os conceitos que usamos para compreender o mundo, muitas vezes invisibilizando os sujeitos subalternizados. Ele argumenta que o “colonialismo-em-branco” de nossos conceitos contemporâneos perpetua a marginalização dos subalternizados, bloqueando suas tentativas de articulação plena dentro da sociedade global.

As ideias de Spivak e a análise de Maciel ressaltam a importância de revisitar o pensamento crítico em torno da subalternidade. A resistência demonstrada por personagens como Jéssica e Mabel não é apenas uma demanda por inclusão, mas também um desafio às próprias estruturas de poder que moldam e limitam a voz dos oprimidos. Elas não estão apenas lutando por um lugar na mesa, mas questionando a própria legitimidade da mesa, ou seja, as normas e as expectativas que sustentam a dominação.

Essa resistência pessoal dialoga com o desejo de mudança, semelhante ao que vemos em *Que horas ela volta?*, quando Val finalmente declara: “Eu não quero mais trabalhar aqui” (Muylaert, 2015). Esse ato de fala simboliza uma ruptura com as estruturas que a mantinham em uma posição de subordinação, representando um ponto de transformação tanto em sua trajetória quanto no sistema opressor que a envolvia.

Tanto Cruz (2022) quanto Muylaert (2015) utilizam suas narrativas para destacar a resistência das mulheres subalternizadas, mostrando que essa luta não se limita a uma reação imediata à opressão, mas envolve uma reivindicação do controle sobre suas próprias histórias e a superação dos papéis impostos pela sociedade. Essas obras dão voz a mulheres marginalizadas, desafiando as narrativas hegemônicas que as silenciam e expondo as injustiças sociais e as relações de poder que perpetuam a desigualdade no Brasil. Ao abordar as interseções entre raça, classe e gênero, ambas promovem uma reflexão crítica sobre as estruturas que marginalizam mulheres negras e empregadas domésticas, incentivando o público a confrontar as dinâmicas opressivas da sociedade.

A análise dessas representações, à luz da teoria da subalternidade de Spivak (2010), revela como as vozes subalternizadas são sistematicamente silenciadas nas narrativas sociais e políticas dominantes. Tanto a invisibilidade de Val quanto a luta da protagonista de *Solitária* por reconhecimento são reflexos das condições históricas e estruturais que continuam a marginalizar mulheres negras no Brasil. Essas personagens simbolizam a exclusão que atravessa questões de raça, classe e gênero, denunciando o legado colonial que ainda marca as relações de poder.

Ao trazer essas histórias para o centro do debate, Muylaert e Cruz desafiam as estruturas que perpetuam a desigualdade, promovendo uma reflexão sobre as dinâmicas de poder no sistema doméstico brasileiro. As obras revelam como a luta por dignidade e reconhecimento não é apenas pessoal, mas está profundamente ligada a um contexto de opressão sistêmica. Assim, ao retratarem empregadas domésticas e suas batalhas cotidianas, os autores oferecem uma crítica incisiva às estruturas que perpetuam a desigualdade, promovendo uma reflexão sobre a interseção entre opressão e resistência no espaço subalternizado.

A personagem Val e a protagonista de *Solitária* demonstram que as formas de resistência não se limitam à recusa aberta, mas incluem pequenos

atos cotidianos de autonomia, resgate de memória e subversão simbólica das normas sociais. Enquanto Val rompe com sua condição ao deixar o emprego, a protagonista de *Solitária* reconfigura sua narrativa ao valorizar a memória ancestral como resistência ao silenciamento. Esses gestos, embora individuais, ressoam em um contexto mais amplo, evidenciando a necessidade de descolonizar os espaços discursivos e simbólicos que moldam a invisibilidade dessas mulheres.

O presente trabalho reafirma a importância de explorar as interseções entre literatura, cinema e estudos pós-coloniais como forma de problematizar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Ao narrar a história de mulheres subalternizadas, essas obras contribuem para uma reconfiguração crítica das narrativas dominantes, instigando reflexões. Assim, ao invés de apenas retratar a opressão, oferecem uma visão de potencial transformação, sinalizando que, mesmo diante de estruturas históricas profundamente arraigadas, a resistência é uma força essencial para o avanço em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Por fim, futuros estudos podem enriquecer o debate ao investigar como essas narrativas são recebidas por diferentes públicos e ao expandir as discussões sobre subalternidade para outras identidades marginalizadas. Ao fazer isso, será possível aprofundar a compreensão de como a arte e a literatura não apenas refletem, mas também desafiam e reimaginam as dinâmicas de poder que moldam a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Roberta Tiburcio. **Os espaços da negritude: percurso da mulher negra em Solitária, de Eliana Alves Cruz.** *Discursividades*, v. 14, n. 1, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013.** Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 abr. 2013.

BRITO, Gabriela. **Como o filme “Que Horas Ela Volta” retrata a dificuldade da universalização do acesso à universidade no Brasil.** *Revista Letrar*, ano 3, n. 5, 2024. Disponível em: <https://ufrgs.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, 2000.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qvRBnnndFWrz8ZYLKjPzWpS/#ModalArticles>. Acesso em: 25 abr. 2024

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DA SILVA FIGUEIREDO, Carlos Vinícius. **Reflexões sobre os estudos da subalternidade: resenha do livro *Pode o subalterno falar?* de Gayatri Spivak.** *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 3, n. 5, 2011. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4556>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, Marinyze das Graças Prates. **Cinema brasileiro contemporâneo e subalternidade: impasses da representação.** *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n. 1, p. 124-141, 2013.

DELAZARI, Fagner; DOS SANTOS, Daiana Nascimento. **Migração, relato e descolonização no Brasil a partir do filme *Que horas ela volta?*** *Izquierdas*, Santiago, n. 46, p. 47-64, maio 2019.

DOMBKOWITSCH, Luciana Alves; DIAS, Renato Duro. **Que Horas ela Volta? A Subalternidade do Emprego Doméstico e a Diferencial Distribuição da Precariedade na Vida das Mulheres.** *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Florianópolis, Brasil, v. 2, n. 2, p. 209-228, 2016. DOI: 10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2016.v2i2.1374. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1374>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Ana Carolina dos Reis. **Vozes subalternas: produções de autoria feminina na pós-colonização do Brasil.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/73ce2ade-3ea1-462c-b6c9-dd52b01951ff/content>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque; SCHNEIDER, Liane. **Personagens travestis, exílio e subalternidade na literatura brasileira.** *Palimpsesto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 15, n. 22, p. 156-171, 2016.

GÓES, Camila. **Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial.** *Revista Outubro*, v. 26, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305659648_Repensando_a_subalternidade_de_Antonio_Gramsci_a_teorias_pos-colonial. Acesso em: 29 abr. 2024.

GOMES, Doris; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; FINKLER, Mirelle. **Que horas ela volta? Análise bioética sobre gênero e classe.** *Revista Bioética*, Brasília, v. 28, n. 4, p. 619-627, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020284425>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEITE, Maria Laís dos Santos. **O Pensamento Pós-Colonial e a Problemática da Representação das Vozes Subalternas.** *Revista Cronos*, [S. l.], v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/17254>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LINO, Tayane Rogeria. **O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento.** *Anuário de Literatura: Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária*, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5276502>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MACIEL, Lucas da Costa. **Spivak, pós-colonialismo e antropologia: pensar o pensamento e o colonialismo-em-branco dos nossos conceitos.** *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/cshjcqj5ZFsHTdQ4WpKDsZw/#>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MOONEY, Angela Rodriguez. **Deslocamento e reconfiguração de espaço no cinema brasileiro: o caso de Linha de Passe e Que horas ela volta?** *Journal of Lusophone Studies*, 2020. Disponível em: <https://jls.apsa.us>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, Thallys.; FERREIRA, Ana Emília. **Subalternidade racial em Torto Arado: do silêncio à resistência.** *Letrônica*, v. 14, n. 3, p. e39068-e39068, 2021.

PEREIRA, Jesana Batista. **“Que horas ela volta?”: mulheres na direção em debate sobre gênero e pobreza.** Trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – UNIT/AL. Disponível em: <https://redor2018.sinteseeventos.com.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Brasil: África Filmes, Globo Filmes, 2015. 1 DVD (112 min.).

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SENA, Eduardo Duarte. **Arquitetura hostil: uma forma silenciosa de segregação.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2022. Disponível em: *UEG Repositório*. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA, Daniel Bettanin; SILVA, Kelly C. Correa. **Pensar o Brasil através do cinema: reflexões sobre Que horas ela volta?** *Sobre Tudo*, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: sites.ufsc.br. Acesso em: 26 nov. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1662#:~:text=Refer%C3%Aancia%3A,UFMG%3A%20Belo%20Horizonte%2C%202010>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Scattered speculations on the subaltern and the popular.** *Postcolonial Studies*, v. 8, n. 4, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13688790500375132>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty; ROONEY, Ellen; TUNON, Soledad. **En una palabra. Entrevista. Gayatri Chakravorty Spivak com Ellen Rooney.** *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 88, 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-885X2024000200101&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. 2024.